



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009205-82.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **REGIANE DIANA MARCICO SCUZATE**
 Requerido: **DIGIBRAS INDUSTRIA DO BRASIL S/A CCE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um computador portátil fabricado pela ré, o qual apresentou vício de fabricação e foi encaminhado à assistência técnica.

Alegou ainda que ele não foi reparado em trinta dias e que a ré não lhe deu nenhuma notícia a seu respeito.

Almeja à rescisão do contrato e à devolução do preço pago pela mercadoria.

Os documentos de fl. 02 respaldam satisfatoriamente as alegações da autora.

Demonstram a compra do produto que destacou e também o código da postagem de seu envio à assistência técnica.

A ré, a seu turno, não refutou tais dados, mas se limitou a arguir que há determinados consertos que demandam lapso maior para serem realizados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Entretanto, não especificou o que teria sucedido com o computador trazido à colação e tampouco fez sequer previsão de quando estaria apto a ser utilizado.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

É nesse contexto incontroversa a remessa do produto há mais de trinta dias à assistência técnica sem que houvesse o seu reparo, não tendo a ré oferecido justificativa concreta que a eximisse de responsabilidade pelo que aconteceu.

Incide à hipótese, portanto, a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes, bem como a inexigibilidade de qualquer débito daí oriundo em face da autora, e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 914,40, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**